

<b>Título</b>	<b>Lideranças do setor elétrico: técnicos versus políticos</b>
<b>Veículo</b>	<b>Revista Brasil Energia</b>
<b>Data</b>	<b>03 julho 2017</b>
<b>Autores</b>	<b>Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro</b>

**Opinião** *Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller*

## Lideranças do setor elétrico: técnicos versus políticos

Os brasileiros que acompanham os noticiários reconhecem as dificuldades para se fazer projeções de longo prazo devido à instabilidade do cenário político atual. As incertezas derivadas dessa instabilidade se refletem em todos os setores econômicos porque, de forma geral, consumidores postergam suas decisões de compra e investidores refazem suas análises e, tipicamente, adiam seus investimentos.

Nos setores de infraestrutura o impacto da volatilidade na arena política é ainda mais acentuado em função da dupla "capital intensivo" e "retorno de longo prazo" que define os principais atributos de projetos deste setor. Na prática, como os contratos são de longa duração (décadas) e os aportes massivos (tipicamente bilionários), a instabilidade política corrói a credibilidade e confiança necessárias para o desenvolvimento sustentável desses setores.

No entanto, no meio do conturbado cenário nacional, um observador mais atento perceberia que no setor elétrico brasileiro tivemos significativos avanços nos últimos meses: os enormes problemas herdados do desarranjo promovido pela presidente da República anterior via Medida Provisória 579/2012 (posteriormente convertida na Lei 12.783/2013) foram enfrentados e uma nova filosofia tem sido construída pelas novas autoridades e lideranças do setor.

No enfrentamento dos problemas herdados do governo anterior, vemos a adoção de uma postura intelectualmente mais honesta. Com base nessa postura, a equipe liderada pelo Ministro de Minas e Energia tem tratado alguns desafios gigantes com diálogo e transparência, sem fazer promessas inexecutáveis, e dando um passo após o outro para evitar artificialidades. Entre tais desafios destacam-se: o da exposição de usinas hidrelétricas ao Mercado de Curto Prazo, que levou o setor a uma judicialização sem precedentes (no jargão do setor, tratado como o "problema do GSF – Generation Scaling Factor"); o da sobrecontratação das distribuidoras; e o dos incentivos aos leilões de expansão de geração e transmissão.

Mas, afinal, qual seria a grande diferença entre a gestão anterior e a atual? O elemento crucial que tem viabilizado a mudança de abordagem que temos visto está nas pessoas à frente do setor, com predomínio de técnicos em vez de políticos.

De forma bem simples, mas sempre correndo o risco de cometer injustiças por não citar todos os nomes, hoje temos: (a) um Ministro de Minas e Energia que soube selecionar os melhores técnicos para as posições mais críticas e que tem blindado sua equipe das pressões políticas que procuram desvirtuar as bases técnicas sendo modeladas; (b) um Secretário Executivo experiente,

que domina a área técnica, que desfruta do respeito dos agentes e consumidores, e que entende a necessidade de diálogo permanente; (c) um profissional à frente da Empresa de Pesquisa Energética que construiu toda uma carreira técnica liderando projetos no Brasil e no exterior que o credenciam a construir uma visão estratégica sólida; (d) um presidente de Eletrobras que seria recrutado por qualquer headhunter internacional tendo em vista os resultados que entregou durante décadas na iniciativa privada; e (f) autoridades na Aneel, no ONS e na CCEE que – sinteticamente, devido à falta de espaço – também têm aportado muita experiência e muito conhecimento buscando contribuir para o sucesso das novas diretrizes setoriais.

Na opinião desse Instituto, que durante tanto tempo apontou episódios de uso político que destruíram tanto valor do setor elétrico brasileiro, a nova filosofia ou visão de futuro que tem sido liderada por nossas autoridades precisa ser elogiada e preservada porque agora percebe-se a legítima preocupação em dar sinais inequívocos para a edificação de um ambiente setorial apoiado nos pilares da credibilidade e confiança, e distante do câncer intervencionista e do viés populista.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são, respectivamente, Presidente e Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrazil.com.br](http://www.acendebrazil.com.br))

Os brasileiros que acompanham os noticiários reconhecem as dificuldades para se fazer projeções de longo prazo devido à instabilidade do cenário político atual. As incertezas derivadas dessa instabilidade se refletem em todos os setores econômicos porque, de forma geral, consumidores postergam suas decisões de compra e investidores refazem suas análises e, tipicamente, adiam seus investimentos.

Nos setores de infraestrutura o impacto da volatilidade na arena política é ainda mais acentuado em função da dupla “capital intensivo” e “retorno de longo prazo” que define os principais atributos de projetos deste setor. Na prática, como os contratos são de longa duração (décadas) e os aportes massivos (tipicamente bilionários), a instabilidade política corrói a credibilidade e confiança necessárias para o desenvolvimento sustentável desses setores.

No entanto, no meio do conturbado cenário nacional, um observador mais atento perceberia que no setor elétrico brasileiro tivemos significativos avanços nos últimos meses: os enormes problemas herdados do desarranjo promovido pela presidente da República anterior via Medida Provisória 579/2012 (posteriormente convertida na Lei 12.783/2013) foram enfrentados e uma nova filosofia tem sido construída pelas novas autoridades e lideranças do setor.

No enfrentamento dos problemas herdados do governo anterior, vemos a adoção de uma postura intelectualmente mais honesta. Com base nessa postura, a equipe liderada pelo Ministro de Minas e Energia tem tratado alguns desafios gigantes com diálogo e transparência, sem fazer promessas inexecutáveis, e dando um passo após o outro para evitar artificialidades. Entre tais desafios destacam-se: o da exposição de usinas hidrelétricas ao Mercado de Curto Prazo, que levou o setor a uma judicialização sem precedentes (no jargão do setor, tratado como o “problema do GSF – Generation Scaling Factor”); o da sobrecontratação das distribuidoras; e o dos incentivos aos leilões de expansão de geração e transmissão

Mas, afinal, qual seria a grande diferença entre a gestão anterior e a atual? O elemento crucial que tem viabilizado a mudança de abordagem que temos visto está nas pessoas à frente do setor, com predomínio de técnicos em vez de políticos.

De forma bem simples, mas sempre correndo o risco de cometer injustiças por não citar todos os nomes, hoje temos: (a) um Ministro de Minas e Energia que soube selecionar os melhores técnicos para as posições mais críticas e que tem blindado sua equipe das pressões políticas que procuram desvirtuar as bases técnicas sendo modeladas; (b) um Secretário Executivo experiente, que domina a área técnica, que desfruta do respeito dos agentes e consumidores, e que entende a necessidade de diálogo permanente; (c) um profissional à frente da Empresa de Pesquisa Energética que construiu toda uma carreira técnica liderando projetos no Brasil e no exterior que o credenciam a construir uma visão estratégica sólida; (d) um presidente de Eletrobras que seria recrutado por qualquer headhunter internacional tendo em vista os resultados que entregou durante décadas na iniciativa privada; e (f) autoridades na Aneel, no ONS e na CCEE que – sinteticamente, devido à falta de espaço – também têm aportado muita experiência e muito conhecimento buscando contribuir para o sucesso das novas diretrizes setoriais.

Na opinião desse Instituto, que durante tanto tempo apontou episódios de uso político que destruíram tanto valor do setor elétrico brasileiro, a nova filosofia ou visão de futuro que tem sido liderada por nossas autoridades precisa ser elogiada e preservada porque agora percebe-se a legítima preocupação em dar sinais inequívocos para a edificação de um ambiente setorial apoiado nos pilares da credibilidade e confiança, e distante do câncer intervencionista e do viés populista.

***Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são, respectivamente, presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))***